

Brasil em vias de sucatização

Economia Brasil

JORNAL BRAZILIENSE

DAVID FLEISCHER
Professor da UnB

21 OUT 1984

O próximo governo que venha a assumir o poder em março próximo, seja este de Tancredino Neves, Paulo Maluf ou "uma terceira alternativa", vai se defrontar com um País em vias de sucatização. O mesmo aconteceu com o Chile, após a aplicação *stricto sensu* das teorias do professor Milton Friedman, da "Chicago School", na abertura das comportas alfandegárias chilenas ao "livre" comércio internacional, levando a uma quase total sucatização das indústrias nacionais. Após sete anos de desastrosos governos militares e políticas monetaristas similares, a Argentina se encontra numa situação parecida, e levará pelo menos outros dez anos até que as suas indústrias recuperem o terreno perdido. Mas, pelo jeito que vão os sistemas financeiros e econômico internacional, pode ser que leve até mais tempo.

Como fica o Brasil diante às pressões externas para sucatarizar seus setores industrial, agrícola, tecnológico e educacional e, ainda, as pressões internas para sucatarizar seu sistema político? Não são apenas os técnicos do FMI, os bancos credores e governos das nações ricas convenientes com este processo de sucatização, pois os nossos negociadores "nacionais" suplicantes "assinam abaixo", sem nenhum aval do povo, dos empresários, nem dos seus representantes eleitos ao Congresso Nacional. Nada mais apropriado do que o fórum de um seminário sobre "livre comércio internacional" a ser realizado no Rio, esta semana, e a anunciada visita de Henry Kissinger ao Brasil na outra semana (no papel de consultor/bombeiro para problemas econômicos internacionais) para colocar mais energicamente esta questão.

Enquanto o Brasil luta contra a alta dos juros internacionais e ainda um protecionismo cada vez mais cerrado nos países credores (provocados principalmente pelo enorme déficit público e pela campanha eleitoral nos Estados Unidos), e, a duras penas, consegue alcançar um superávit comercial além do previsto na carta de intenções ao FMI em janeiro deste ano. Acumulando reservas entre US\$ 3 e 4 bilhões, por conta das exigências do FMI no início deste mês, o Brasil será forçado a "queimar" estas reservas em importações, reduzindo ou eliminando suas barreiras alfandegárias a milhares de produtos, a maioria dos quais exportados pelos países credores em competição com a indústria nacional. Na quarta-feira passada, o Conselho Monetário Nacional ratificou solenemente estas exigências do FMI (entre outras), abrindo a importação de mais de 2.000 produtos. Usualmente, este tipo de medida faz parte de acordos bilaterais ou em fóruns multilaterais (como o GATT), para que haja contrapartidas de redução de barreiras tarifárias pelos outros parceiros, e nunca unilateralmente e sob pressões deste tipo. Se, pelo menos, o Itamarati fosse ouvido ou envolvido ativamente nestas negociações, o resultado talvez fosse outro.

Nesta "queima" de reservas e importações, quem sofre mais são as indústrias nacionais que produzem quase exclusivamente para o mercado interno, já que a maioria das empresas multinacionais aqui instaladas exporta uma boa parte da sua

produção, pois são totalmente integradas à "nova divisão do trabalho internacional". Mas são justamente aquelas empresas nacionais que mais sofrem com o mercado interno encolhido, juros muito altos e a falência sempre ameaçando, que agora se assustam com mais esta punhalada. Tudo isso acaba gerando mais desemprego, menos arrecadação e mais falências.

Dois setores industriais não foram (nem serão) afetados pela "abertura dos portos" em 1983/84: a informática e a indústria bélica, pois são considerados "estratégicos" para os donos do poder, mas os outros setores industriais, nem tanto.

TECNOLOGIA

Um dos setores da economia brasileira mais visados internacionalmente, por ser muito competitivo e competente, é o tecnológico: exportação de serviços de engenharia de projetos, construção civil, tecnologias bem adaptadas ao Terceiro Mundo etc. Com a recessão econômica exportada para o Terceiro Mundo, ele começou a ser sucatarizado há uns 3 anos, mas, agora, o que sobrou deste setor ligado às indústrias nacionais está ameaçado de ser sucatarizado também.

AGRICULTURA

Uma das bombas-relógio de efeito retardado que este governo está deixando para seu sucessor, em 1985, é a do abastecimento interno, além da alimentação, que tanto pesa no bolso do consumidor, e do INPC, mesmo expurgado.

Por exigência do FMI, o plantio de produtos básicos (arroz, feijão, milho, mandioca etc) no segundo semestre de 1984, cuja produção abasteceria o mercado interno a partir de abril de 1985, não vai receber financiamentos (custeio) por parte do Governo, por causa das restrições ao crédito e à expansão monetária, e também para "enquadrar" o Brasil nas doutrinas do FMI e do ministro do Comércio Exterior americano, William Brock, ex-senador do Tennessee, de "acabar com os subsídios à agricultura brasileira". Se for assim, os preços destes alimentos serão insuportáveis em 1985; e o novo governo terá que lançar mão da importação. Provavelmente, em maior parte dos Estados Unidos; exportamos laranja para importar comida — não pelas leis da "vantagem comparativa", mas pela desvantagem de ter que pôr estas medidas recessivas em prática.

EDUCAÇÃO

O sistema educacional, principalmente em nível universitário, está em vias de sucatização também. Após uma fase de "vacas gordas" e uma expansão incrível no período de 1967 a 1977, nos últimos 6 anos, as nossas universidades vêm sendo sucatarizadas. Não somente na parte física, mas principalmente na parte cerebral. No início dos anos setenta, as universidades brasileiras de primeira linha (USP, Unicamp e UnB), foram beneficiadas pelo "Projeto Retorno", que conseguiu trazer de volta ao País cérebros nacionais lotados em instituições estrangeiras, atraídos por salários altos (às vezes, mais altos do que recebiam no exterior) e excelentes condições e recursos para pesquisas.

Agora, acontece o inverso, uma espécie de "Projeto Fuga, onde, por

falta absoluta de recursos e condições para realizar pesquisas, bibliotecas sem verbas, e salários aviltados, muitos docentes voltarão ao exterior. Um professor titular da UnB, trabalhando em regime de dedicação exclusiva, em março de 1979, ganhava o equivalente a US\$ 3.010,00. Agora, em setembro de 1984, passou a ganhar somente US\$ 706. No seu contra-cheque de setembro, por obra e graça do DL 2.065, será aumentado seu salário para US\$ 1.027,00.

Se a política de sucatização das universidades brasileiras continuar neste ritmo, o *Brain drain* dos nossos melhores cérebros para o exterior será uma debandada alarmante. Para onde e irão nossos professores? Certamente não para outras bandas do Terceiro Mundo, com certeza para o Hemisfério Norte, a maioria para os Estados Unidos. Mais uma vez, o centro provoca crises na periferia para, depois, tranqüilamente, colher os frutos.

A sucatização do setor tecnológico é intimamente ligada à das universidades, pois o governo não tem mais condições de amparar pesquisas básicas nem aplicadas nas universidades e, mesmo se quisesse, não encontraria pesquisadores qualificados para executá-las.

POLITICA

Ao mesmo tempo, observamos uma progressiva sucatização do sistema político, principalmente dos partidos políticos, que provavelmente passarão por um profundo realinhamento a partir de março de 1985.

A ex-Arená/PDS, de São Paulo, entre 1979 e 1982, passou por uma sucatização tão grande que a sua maioria reconstituída na Assembleia Legislativa, em 1980, foi pulverizada nas urnas em 1982. As 533 prefeituras controladas pelo PDS em 1980, caíram para 253 em 1983.

Após a formalização da dissidência liberal, em julho e da dissidência andreazzista, no mês seguinte, após a Convenção Nacional do PDS, este herdeiro do "maior partido do Ocidente" foi reduzido a um partido controlado pela extrema direita. Em janeiro de 1983, o Governo poderia ter efetivado uma reforma ministerial com as novas linhas políticas para fortalecer o partido ao ponto de poder até enfrentar as oposições divididas no pleito direto em 1984, mas preferiu a sucatização do PDS para favorecer seus próprios desígnios.

A fusão PP-PMDB saiu fortalecida das urnas em 1982, mas voltou à condição de instabilidade dos idos de 1979/1980 com clivagens facciosas internas agudas. Com a revogada dos dissidentes do PDS às hostes da Aliança Democrática, neste fim de 1984, esta coligação incha perigosamente. Com certeza, desovará um ou dois partidos novos em 1985, ou talvez até antes, na primeira quinzena de novembro, ainda este ano. A teoria das coligações nos ensina que, quando uma coligação vencedora é muito grande (acima de 60%), gera descontentamento, pois o bolo é repartido entre muitos, e os pedaços são pequenos. A tendência, nesse caso, é de escolher para uma margem de segurança menor (de 55% a 60%), para que os pedaços do bolo se tornem maiores; tarefa para o "master cuca" que assumirá a cozinha em 15 de março de 1985.